

## O ENSINO DE HISTÓRIA A SERVIÇO DO COMBATE ÀS DISCRIMINAÇÕES DE RAÇA E DE GÊNERO

Priscila Carboneri Schio  
Mestranda do ProfHistória  
Unicamp – Universidade Estadual Paulista  
pcarboneri@yahoo.com.br

**Resumo:** O presente artigo discute parte dos resultados obtidos com a pesquisa realizada para a elaboração da dissertação do mestrado profissional em história (PROFHISTÓRIA), cujo projeto visa elaborar uma sequência didática, referente à disciplina História, que desenvolva entre discentes do ensino fundamental o sentimento de empatia pelas mulheres que sofrem com o machismo e/ou o racismo e, em suma, com a desigualdade social; uma vez que a maioria das pessoas negras no Brasil vive em condições econômicas desfavoráveis. Para isso, pretende-se refletir brevemente e teoricamente sobre os contextos de formação de movimentos feministas e antirracistas no Brasil, destacando as reivindicações específicas das mulheres negras que levaram à estruturação de movimentos feministas negros, os quais nos últimos anos viabilizaram uma maior inserção por parte dessas mulheres em espaços de maior prestígio social, o que não ocorreu sem disputas. Tais análises serão desenvolvidas a partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema cotejada com as questões sociais levantadas em um poema contemporâneo de autoria de Luz Ribeiro, mulher negra e poeta.

**Palavras-Chave:** Ensino de História, Feminismos, Raça.

### Introdução

Ao analisarmos atentamente o contexto social no qual estamos inseridos e inseridas, podemos inferir que o conhecimento histórico nos auxilia na compreensão das relações sociais na medida em que seu objeto de estudo é o fazer humano, que subentende as mais diversas dessas relações.

Sendo assim, é relevante voltarmos nossa atenção para as várias manifestações sociais existentes na atualidade uma vez que essas nos informam sobre as demandas e os objetivos dos grupos sociais envolvidos e, em resumo, nos alertam sobre o que falta para termos uma sociedade com verdadeira equidade social e com garantia de respeito à cidadania para todas/os.

No presente artigo, o foco está nas reivindicações de mulheres negras, que hoje, infelizmente sofrem dupla, ou até mesmo, tripla discriminação: a de raça, a de gênero e, muitas vezes, a de classe. A proposta é, portanto, lançar reflexões sobre possibilidades

de construção entre os alunos do sentimento de empatia<sup>1</sup> pelas mulheres que sofrem com o machismo e/ou o racismo e, em suma, com a desigualdade social, a partir de olhares de cunho historiográfico. Aqui vale lembrarmos que empatia significa colocar-se no lugar da outra pessoa com o objetivo de sentir suas dificuldades e suas dores a fim de agir com maior solidariedade para com as diferenças que marcamos seres humanos. Ao trabalharmos esse conceito, é de suma importância termos em mente que é um sentimento construído socialmente e não um dado natural; portanto, é passível de ser aprendido, como nos alerta Hunt (2009).

Tais análises serão desenvolvidas a partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema cotejada com as questões sociais levantadas através do poema contemporâneo “Deu(s) branco”, de autoria de Luz Ribeiro: uma jovem mulher negra e poetisa, que costuma lançar suas obras literárias, sempre de cunho histórico-crítico, no movimento Slam das Minas<sup>2</sup>, que desde 2008 configura-se por ser um espaço de poesia e resistência.

### **Contribuições do estudo historiográfico: visibilidade às lutas antirracistas e feministas**

Para dar início à discussão teórica proposta neste breve artigo, vale refletirmos sobre o seguinte excerto:

O grande desafio seja da historiografia, seja do ensino, é o fato de se identificar outros agentes sociais, que não os privilegiados tradicionalmente, como atores principais de sua própria história e, em decorrência do devir histórico: as classes dominadas, os setores trabalhadores e os despossuídos da sociedade brasileira. (NADAI, 2017: 34)

---

<sup>1</sup> A esse respeito ver: HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Disponível em:

<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/A%20inven%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Direitos%20Humanos.pdf>

<sup>2</sup> O movimento Slam das Minas é um espaço de competição entre mulheres poetisas, que denunciam o machismo, o racismo e a homofobia através de suas obras artísticas. Teve início em 2015 em Brasília e espalhou-se pelo estado de São Paulo no ano seguinte. O movimento que reúne rap e poesia existe no país há mais tempo, pelo menos, desde 2008; ganhando novos formatos e organizações a partir de 2015 Cf. NEVES, Cynthia Agra de Brito. SLAMS – Letramentos literários de reexistência ao/ no mundo contemporâneo. **Linha D'Água** (Online), São Paulo, v. 30, n. 2, p. 92-112, out. 2017. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/134615/135272> último acesso em 06 de março de 2019.

O raciocínio exposto por Nadai é uma preocupação recorrente entre os profissionais da área de história atualmente. Identificar os vários agentes sociais que não sejam os tradicionais, os privilegiados que sempre tiveram oportunidade de falar sobre suas versões dos acontecimentos.

Por exemplo, as demandas dos indivíduos que sofrem com os preconceitos de raça e de gênero são relevantes e significativas na atualidade; porém, nem sempre foi assim. É importante compreendermos que a atenção dispensada às reivindicações de mulheres negras ou brancas, assim como as de homens negros (bem como de homossexuais, população carente, idosos entre outros) são frutos de uma maior visibilidade dessas minorias, que advém de suas ações de lutas de resistência contra práticas sociais que os subjugam.

O estudo de História é fundamental para perceber o movimento e a diversidade, possibilitando comparações entre grupos e sociedades nos diversos tempos e espaços. Por isso, a História ensina a ter respeito pela diferença, contribuindo para o entendimento do mundo em que vivemos e também do mundo em que gostaríamos de viver (2009: 40).

Pensar a prática educativa em História nesses termos significa levar em consideração o dia a dia das crianças e dos jovens discentes, bem como os seus anseios, a fim de construir um conhecimento de fato significativo para essa parcela da sociedade, que vive num mundo em que a realidade é diversa, apesar de bastante hierárquica.

Ainda é relevante destacar que no âmbito da docência já se observou que a aprendizagem significativa é aquela que confronta a realidade com uma nova informação, criando assim, um novo conceito, repleto de consistência e de criticidade. É por isso que: “o saber histórico deve possibilitar e fundamentar alternativas para que o aluno se valorize como sujeito ativo em sua aprendizagem, percebendo-se como construtor do conhecimento.” (SELBACH, 2010:19).

Nesse ínterim, não cabe mais ao/à docente transmitir conhecimentos rígidos e unilaterais em sala de aula, mas agir como um/a mediador/a e promover o diálogo com os/as estudantes a fim de perceber suas reais necessidades de aprendizagem para serem sujeitos de seu próprio cotidiano.

E isso só se realiza a partir de uma prática educativa que faça uso do exercício da crítica, que segundo Fonseca, “é nossa principal ferramenta nas lutas cotidianas pela (re) construção da História” (2009: 56) com vistas a romper com o *status quo*. É esse o sentido que devemos perceber no estudo da História: problematizações de temas que busquem transformar realidades insatisfatórias. Essas nos fazem pensar nas relações entre indivíduo e sociedade, elucidadas por Celso Castro e Julia O’Donnell (2014: 69), na seguinte afirmação: “(...) nossos projetos e trajetórias não dependem apenas de nossas virtudes e desejos, mas estão, em grande medida, condicionados pelo contexto social do qual fazemos parte.” Isso significa que, aquilo que se projeta para si mesmo no futuro está, em parte, fincado numa realidade social, que permite, ou não, a concretização de determinados projetos sociais.

No caso das mulheres, e, sobretudo, das mulheres negras e pobres, há muitas barreiras para seus projetos pessoais, as perspectivas de futuro tendem a ser limitadas, como podemos observar na poesia de Luz Ribeiro<sup>3</sup>, que encontrou nessa modalidade de literatura uma forma de expressar suas experiências de mulher, negra de periferia:

“Deus, eu ando cansada de ser forte,  
eu ando cansada de correr,  
eu ando querendo só andar.  
Se isso aqui é selva,  
Preta, Pobre Proletária,  
sabe muito bem o que é ser o capim  
na cadeia alimentar.

Cultivo ser poeta, ser atriz,  
mas da escola de onde eu vim,  
eu aprendi a competir.  
Não para passar em testes globais,  
mas para conseguir um registro na CLT” (RIBEIRO)

É por essa dinâmica social de exclusão pelo machismo e pelo racismo que, geralmente, não encontramos facilmente mulheres afrodescendentes em postos de comando empresariais ou públicos, protagonizando novelas ou grandes produções

---

<sup>3</sup> Luz Ribeiro é uma jovem negra de 28 anos, oriunda da periferia de São Paulo. Formou-se em Pedagogia e Educação Física e sua prática cotidiana de escrita a levou a se tornar a primeira poetisa brasileira a ganhar a ganhar o SLAM BR – Campeonato Brasileiro de Poesia falada, em 2016. Publicou seu primeiro livro de poesias “Eterno contínuo”, em 2013 e tem participações em diversas antologias.

cinematográficas. Ou mesmo meninas descontentes com seu tipo de cabelo, e desejando tornar-se empregadas domésticas ou babás.<sup>4</sup> Sobre isso, Luz ainda recita:

Eu não queria te questionar Deus,  
Mas são anos que a história não muda.  
Que são as mãos dos pretos sujas de cimento,  
que são as minhas iguais a cuidar dos filhos da sinhá,  
que sambam na nossa cara e acham que só sabemos  
sambar.

A discriminação começa desde cedo na vida de tantas crianças negras, principalmente na vida das meninas, ao não se enxergarem representadas nos locais de maior prestígio na sociedade; e nem mesmo nos locais de construção do conhecimento, como nas escolas, esse questionamento tem sido realizado satisfatoriamente.

Um dos objetivos do ensino de história, portanto, consiste em desnaturalizar essas projeções, a fim de promover uma sociedade de pessoas mais satisfeitas e realizadas. E, podemos inferir, que seja por isso que “(...) a produção historiográfica foi se renovando e se revisando, na tentativa de encontrar novas abordagens, novos rumos e novos problemas, portanto novos espaços de investigação.” (NADAI, 2017: 31). Nesse bojo novos temas, outrora ignorados, ganham proeminência, como os movimentos sociais feministas e antirracistas.

Ao longo da segunda metade do século XX, houve um crescente questionamento sobre as discriminações sofridas por mulheres e por pessoas negras. E foi através de tais inquietações problematizadas que os movimentos feministas e os movimentos negros/antirracistas se formaram e ganharam notoriedade na ciência histórica.

No que tange à história dos movimentos feministas no Brasil, é necessário fazer um breve histórico. Em seu texto “Historicizando o gênero”, Joana Maria Pedro<sup>5</sup> (2008: 164-166) conta que houve dois momentos importantes para o desenvolvimento de grupos feministas na contemporaneidade. A primeira onda do feminismo, ocorrida em meados do século XIX tinha por objetivo a luta pelo direito de votar e ser votada. Já, no

---

<sup>4</sup> O exemplo mencionado sobre os desejos de meninas negras ocorreu em algumas aulas em que ouvi essas falas sendo proferidas por garotas muito jovens, cujos sonhos estavam circunscritos ao espaço que ocupavam; sem maiores ambições.

<sup>5</sup> Joana Maria Pedro é doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP) e atualmente exerce a docência em história na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e desenvolve pesquisas, principalmente nas áreas: feminismo, história das mulheres e das relações de gênero.

século XX, a segunda onda feminista, teve como slogan “o privado é político”, com vistas ao direito ao corpo e ao prazer.

No Brasil, os movimentos feministas com atuação mais sistemática organizaram-se na segunda metade do século XX, como podemos observar no trecho a seguir, escrito por Sueli Carneiro<sup>6</sup>:

(...) o pensamento feminista se introduz no Brasil a partir do contato de mulheres exiladas com os movimentos feministas da Europa e dos EUA, trazendo para o Brasil a crítica à desigualdade de gênero. Ocorre a politização do espaço privado. Temas como sexualidade e violência doméstica, se transformam em questões políticas. Esta nova visão coloca propostas de organização das mulheres a partir da perspectiva de gênero na agenda política dos partidos políticos, dos sindicatos e demais instituições sociais. (CARNEIRO, 1993: 37)

Em paralelo aos movimentos feministas,

(...) o Movimento Negro ressurgiu nos anos 70, influenciado pelos movimentos de minorias internacionais, pelos movimentos de libertação das nações africanas, pelos movimentos de direitos civis dos negros norte-americanos. (CARNEIRO, 1993: 38)

Contudo, na vida prática, suas reivindicações não foram plenamente atendidas. Apesar de, nas últimas décadas ter havido avanços nas pautas de reivindicações feministas, como o direito de votar e de ser votada, de trabalhar fora sem julgamentos e a instauração da lei Maria da Penha – 11.340 de 2006<sup>7</sup> -, ainda há muitos casos de violência física ou psicológica contra as mulheres, no ambiente doméstico ou em seu meio profissional (ao ganhar salário menor em relação aos seus pares homens, exercendo a mesma função), ou ainda em clínicas clandestinas de aborto, já que sua liberação ainda não é uma realidade.

Em relação à situação de racismo no Brasil, podemos compreender que houve avanços no que se refere ao seu combate no campo da legislação, conseguida com muita luta de movimentos antirracistas. Como exemplo, podemos citar a criminalização dos

---

<sup>6</sup> Aparecida Sueli carneiro Jacoel é doutora em Educação Universidade de São Paulo (USP) e atualmente coordena o Instituto da Mulher Negra – Geledés e desenvolve pesquisas nas áreas de raça, gênero e direitos humanos.

<sup>7</sup> O texto integral dessa lei encontra-se em < [http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm)

atos de preconceito racial, explicitada na lei 7.716 de 1989<sup>8</sup>, a instauração da lei 10.639 de 2003<sup>9</sup> que torna obrigatória a História da África nos bancos escolares ou a lei de cotas 12.711 de 2012<sup>10</sup> que institui regras para o ingresso em instituições de ensino superior no Brasil, beneficiando estudantes que cursaram todo o ensino fundamental e médio em escolas públicas. Temos ainda em vigência a lei 12.990 de 2014<sup>11</sup>, que visa garantir 20% das vagas em serviços públicos a candidatos/as negros/as e a tramitação no Congresso Nacional do Projeto de lei nº 4370/98, cujo texto defende que haja um percentual mínimo de pessoas negras em meios publicitários, bem como em filmes e novelas<sup>12</sup>.

Assim como para as mulheres alcançarem equidade ainda há muito que ser feito, para as pessoas negras também existe uma longa caminhada a percorrer, uma vez que o racismo é estrutural em nossa sociedade, permeando todas as suas partes – seja institucionalmente, culturalmente, socialmente, economicamente etc.<sup>13</sup> Como bem explica Lilia Schwarcz (2012), atitudes racistas concentram-se atualmente também na vida cotidiana, não pública e são camufladas pela crença na “democracia racial”.

Ao combinar ambas as opressões: machismo e racismo, chegamos à realidade das mulheres negras. E sobre elas vale destacar as reflexões da filósofa estadunidense Angela Davis, conhecida por ter participado do grupo Panteras Negras e do Partido Comunista dos Estados Unidos. Em suas pesquisas, procura dar visibilidade às ações perpetradas pelas mulheres negras e de maneira geral busca combater o preconceito racial ainda tão presente nas sociedades que passaram pelo regime escravista, conscientizando-nos sobre uma particularidade de grande relevância: o entrecruzamento de opressões, conhecido hoje como interseccionalidade.

---

<sup>8</sup> Sobre essa lei ver o link: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7716.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7716.htm)

<sup>9</sup> Sobre essa lei ver o link: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm)

<sup>10</sup> Sobre essa lei ver o link: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm)

<sup>11</sup> Sobre essa lei ver o link: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L12990.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12990.htm)

<sup>12</sup> Vale ressaltar que as leis são dados mutáveis, que são alterados, tanto por demandas sociais quanto por conveniência dos sucessivos governos. Portanto, diante do contexto social brasileiro que atualmente conta com representantes políticos de uma ala bastante conservadora e avessa a direitos humanos, que visa mudanças significativas nas leis educacionais, a começar por retirar a necessidade de se estudar “gênero” e “feminismo” nas escolas, não devemos considerar que a referida legislação possui garantias de continuidade. E é diante de tais circunstâncias que o ensino de História deve se atentar para o combate aos diversos tipos de preconceitos existentes na sociedade, a fim de evitar que as conquistas sociais alcançadas até agora venham a sucumbir.

<sup>13</sup> A esse respeito ver: ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

Para Davis não há como falar das violências sofridas pelas mulheres, por exemplo, sem analisar minuciosamente quem é e como vive cada grupo de mulheres, tendo como pressuposto que as mulheres não são todas iguais visto que podem ser branca ou negra, rica ou pobre (e ainda jovem ou velha, hetero, lésbica ou transexual etc). De acordo com a mesma autora, não há como entendermos os mecanismos opressores ao separarmos a análise de raça, gênero e de classe. Somente todas essas categorias avaliadas conjuntamente podem nos dar o panorama mais completo do jugo sofrido por alguém.

Em seu livro “Mulheres, raça e classe” traça um interessante panorama histórico da luta feminista nos Estados Unidos, iniciada no século XIX, num contexto de pós revolução industrial e de iminência das abolições da escravidão nas américas. Através de sua exposição, podemos perceber que, já naquela época, as mulheres já poderiam ser vistas com suas reivindicações específicas, isto é, mulheres brancas e ricas tinham reivindicações que se diferenciavam das brancas e pobres, que não eram as mesmas das mulheres negras escravas ou ex-escravas. No caso específico das mulheres negras, houve luta para se libertar do jugo da escravidão, e, em seguida, aumentaram as fileiras daquelas que estavam reivindicando o direito ao voto.

Num primeiro momento, houve associação de variadas mulheres para a formação de movimento de mulheres e movimentos feministas, porém, não tardou a aparecerem divergências, já que diferentes estilos de vida geravam diferentes demandas.

Enquanto as mulheres brancas da classe média reivindicavam o direito ao voto e ao trabalho fora de casa, as mulheres operárias, que também almejavam ao voto, já trabalhavam fora há bastante tempo, por necessidade. E por sua vez, as mulheres negras lutavam ainda contra o racismo que as oprimia pela violência que o caracterizava: na sociedade pós abolição como um todo e no interior dos movimentos feministas e movimentos de mulheres; já que algumas vezes, foram proibidas de se pronunciar em vários eventos, por serem consideradas menos qualificadas pelas próprias mulheres brancas. Além disso, lidava, também com os crimes de assédio sexual, também recorrentes naquela época (DAVIS, 2016). Foi então, pela insensibilidade das mulheres brancas que muitas mulheres negras resolveram formar novos grupos e levar adiante sua luta contra o racismo e o preconceito de gênero.



Nesse sentido é que Djamila Ribeiro (2018) afirma que o racismo confere superioridade branca, patriarcal e que:

(...) dentro da mesma lógica, a teoria feminista também acaba incorporando isso e estruturando o discurso das mulheres brancas como dominante. Assim, contradiscursos e contranarrativas não são importantes somente num sentido epistemológico, mas também no de reivindicação de existência. A invisibilidade da mulher negra dentro da pauta feminista faz com que ela não tenha seus problemas nem ao menos nomeados. Sem a fala, não se apontam problemas, não se discute e, por fim, não se buscam soluções e transformações. (Idem, 2018:125).

A filósofa brasileira toca numa questão de grande relevância: “sem a fala, não se apontam problemas”. Ter a liberdade para comentar a própria realidade, questionando-a e buscando alternativas para o que não é satisfatório é o mínimo necessário para se construir a equidade social. Enquanto houver pessoas sofrendo discriminações, sentindo-se verdadeiramente injustiçadas significa que, antes de tudo, elas não possuem espaço para se expressarem, ou, ao menos, não são ouvidas em suas queixas. É isso que podemos perceber no trecho do poema supracitado, de Luz Ribeiro:

“Eu me fiz silêncio,  
na sua frente, estagnei.  
Pela cor da minha pele, respondeu o óbvio:  
“Preto só nasce de preto, vai dizer que branco assim,  
ele é se pai? moreninha assim, é sua mãe, e parda  
igual a chocolate, ela é sua irmã?”

Deus, eu continuo engolindo um sapo por dia,  
Já aprendi a dizer não para alguns sapos.  
Aprendi até a enfiar o dedo na boca  
e fazer um estrago no seu tapete.  
Eu tenho acordado de dieta,  
mas a há grito que embarga, inunda,  
e vira solução alma adentro.”

O trecho acima destaca uma profunda agonia referente ao silêncio que se faz diante das atitudes de discriminação sofrida pela autora do poema, que representa milhares de mulheres negras que vivem a mesma situação cotidianamente; que sofrem sem se pronunciar ou reclamar. Afinal, reclamar para quem?

Diante de tal constatação, podemos perceber a importância de duas instituições de grande importância: a escola e os agrupamentos sociais ou culturais que abrem um espaço para a possibilidade de ação individual e coletiva a parcelas da sociedade que não são vistas e nem ouvidas. A primeira constitui um local próprio para a construção do conhecimento e para a compreensão do mundo em que se vive a fim de atuar socialmente; por sua vez, os diversos movimentos sociais constituem essa atuação coletiva e organizada no mundo, buscando um contexto de aquisição de direitos, justiça social e respeito às diferenças.<sup>14</sup>

Mônica Martins Silva (2013:192), ao estudar sobre a diversidade no ambiente escolar, comenta que a escola moderna carregava uma educação moral que se pretendia universal e homogênea, tributária de um pensamento positivista; e que as escolas na atualidade, podem “(...) contribuir com a formação de cidadãos dotados de identidades particulares com aptidão para participar na construção de uma universalidade que permita conviver com a diversidade”. E acrescenta ainda que:

Essa nova pedagogia dos valores universais deve partir do reconhecimento prático de que as novas gerações são sujeitos ativos, titulares de direitos efetivos e não meros objetos de interiorização mecânica de regras e princípios morais. (SILVA, 2013: 192)

Quando nos referimos a sujeitos ativos, devemos pensar em indivíduos que possuem a liberdade de autonomia para atuar de modo a transformar sua realidade com vistas a garantias de justiça e equidade social para todos e todas. Para isso, é indispensável que se pense o fazer histórico de maneira a contemplar as demandas dos mais variados grupos da sociedade a fim de evitar exclusões das mais diversas formas.

### **Fazendo a diferença nas aulas de história**

---

<sup>14</sup> A esse respeito ver: GOHN, MARIA DA GLÓRIA. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação** v. 16 n. 47, pp.333-361, maio-ago 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>

Diante das ideias apresentadas, é válido pensar que o papel social do ensino de história vincula-se a uma busca por conscientização sobre os segmentos marginalizados da sociedade, bem como sobre os privilegiados, para que assim haja, quem sabe, a possibilidade de se construir um sentimento de empatia, com vistas a facilitar a existência de ações tanto do poder público, quanto dos indivíduos que promovam equidade e bem estar social.

Para isso, é importante que em sala de aula se trabalhe com diversas fontes históricas que evidenciem as impressões de vários grupos sociais, e não somente daqueles hegemônicos. Por isso é necessário, ao lecionar, incluir nas exposições ou discussões realizadas as falas, as produções artísticas, os depoimentos, as produções diversas ou biografias de pessoas comuns, que não estão no cenário da grande política ou da grande mídia.

No caso aqui analisado, é possível utilizar o espaço da aula de História para a conscientização sobre o contexto do cotidiano de vida de mulheres negras brasileiras. Problematicar a participação de mulheres negras na luta pela liberdade, em movimentos sociais, feministas ou antirracistas é retirá-las da invisibilidade e considerá-las sujeitos de suas próprias histórias. E tal reflexão deve ir além, procurando informações sobre o cotidiano dessa parcela da população na atualidade. Por exemplo, ao explicitar o histórico dos movimentos feministas e suas pautas de reivindicações, bem como as dos feminismos negros, vale utilizar informações sobre a realidade desses movimentos hoje, bem como seus desdobramentos.

A formação do grupo “Slam das Minas” – que aqui foi brevemente aludido através da poesia de Luz Ribeiro – é um exemplo dos resultados de movimentos feministas que se estruturaram ao longo do século XX e que procuraram mostrar às mulheres que o lugar delas é onde elas quiserem estar. O movimento do Slam teve início nos EUA na década de 1980, tendo chegado ao Brasil nessa segunda década do século XXI, e já se espalhou pelo país (NEVES, 2017). Trata-se de uma competição de poesia/poemas, que conta com a participação exclusivamente de mulheres, que falam sobre as lutas do cotidiano que vivenciam. Temas como machismo, racismo ou homofobia são uma constante.

Através dessa breve explicação, podemos inferir que levar esse grupo para o conhecimento de estudantes do ensino fundamental e médio pode estimular o interesse dos e das adolescentes brasileiras, uma vez que falam sobre questões vivenciadas por muitas das jovens, numa linguagem simples e acessível.

Logo, apresentar esse movimento, mostrando as produções escritas das poetisas que o compõe, bem como suas biografias é uma estratégia didática bastante interessante que pode sensibilizar sobre o cotidiano e as dificuldades alheias, informar sobre as ações e os movimentos históricos, bem como incentivar os/as discentes a lerem mais e a produzirem suas próprias memórias, seus próprios poemas ou poesias críticos. E, além disso, através da identificação faz com que muitas meninas negras (ou outros grupos marginalizados) consigam enxergar-se em posições não subalternas, às quais durante muito tempo a história e a sociedade negaram a essa parcela da população.

### **Considerações Finais**

É de suma importância termos consciência de que os movimentos sociais, sejam eles de qualquer natureza, subsistem enquanto há motivação para a luta, ou seja, enquanto os incômodos, os desconfortos, as desigualdades ou os problemas envolvendo os atores sociais partícipes das agrupações estiverem ativos.

Portanto, vale evidenciar que as reivindicações de grupos sociais organizados não desaparecem de uma hora para outra com ações repressivas, uma vez que as atitudes preconceituosas permanecem, gerando novamente uma onda de revolta e de busca por mais direitos e igualdade social.

O espaço escolar, portanto, e as reflexões históricas em especial, devem buscar promover situações de aprendizagem que sensibilizem o público discente e que o façam relacionar o conteúdo com suas práticas cotidianas e transformar a realidade insatisfatória que o/a circunda.

A proposta de se trabalhar didaticamente nas aulas de História com poemas e/ou poesias das mulheres do SLAM insere-se nessa busca pela sensibilização discente, uma vez que muitas das meninas pré ou adolescentes podem identificar-se com o discurso analisado e assim, aumentar o leque de suas perspectivas de vida para além daqueles

lugares impostos a elas socialmente, contribuindo para a melhoria de sua autoestima e de seu interesse pela aprendizagem. Além de suscitar reflexões sobre os preconceitos de raça, de gênero e de classe, dos quais muitas vezes, os próprios jovens são reprodutores.

## Anexo

Deu(s) branco

Luz Ribeiro

A carne mais barata do mercado é a negra.  
A carne mais marcada pelo Estado é a negra (2x)

Eu me fiz silêncio,  
na sua frente, estagnei.  
Pela cor da minha pele, respondeu o óbvio:  
“Preto só nasce de preto, vai dizer que branco assim, ele é se pai.  
moreninha assim, é sua mãe, e parda igual a chocolate, ela é sua irmã?”

Deus, eu continuo engolindo um sapo por dia,  
Já aprendi a dizer não para alguns sapos.  
Aprendi até a enfiar o dedo na boca  
e fazer um estrago no seu tapete.  
Eu tenho acordado de dieta,  
mas a há grito que embarga, inunda,  
e vira soluço alma adentro.

Deus, eu ando cansada de ser forte,  
eu ando cansada de correr,  
eu ando querendo só andar.  
Se isso aqui é selva,  
Preta, Pobre Proletária,  
sabe muito bem o que é ser o capim  
na cadeia alimentar.  
Cultivo ser poeta, ser atriz,  
mas da escola de onde eu vim,  
eu aprendi a competir.  
Não para passar em testes globais,  
mas para conseguir um registro na CLT

Deus, eu sou regada todos os dias com menosprezo,  
e sem jeito que sou, me firo,  
por insistir em plantar amor.  
E se ainda assim, num único dia,

eu retroceder as escadas e devolver a sua tirada  
com tapa na cara, dirão: exagero.  
Mas só eu e as minhas irmãs  
Sabemos o que é vestir preto o dia inteiro.

Eu não queria te questionar Deus,  
Mas eu passei a vida a ignorar os puxões nos cabelos  
e as recusas masculinas.  
Eu não queria te questionar Deus,  
Mas são anos que a história não muda.  
Que são as mãos dos pretos sujas de cimento,  
que são as minhas iguais a cuidar dos filhos da sinhá,  
que sambam na nossa cara e acham que só sabemos sambar.  
Eu não queria te questionar Deus,  
Mas eu ainda sou hostilizada quando eu ando na rua  
De mãos dadas com a minha namorada.  
Sabe como que é né: duas minas pretas juntas,  
faz muito mano mudar de calçada.

Eu não queria te questionar, Deus (3x)  
Mas eu acho que...  
Eu não queria te questionar, Deus,  
Mas eu acho que te deu um...  
Eu não queria te questionar, Deus,  
Mas eu acho que te deu um branco,  
na hora que me escolheu!

## Referências Bibliográficas

- BITTENCOURT, Circe. **Livros didáticos entre textos e imagens**. In: \_\_\_\_\_. O saber histórico na sala de aula. 11 ed. São Paulo: Contexto, 2009. (p.69-90)
- CARGNIN, Anilton Paulo. **Cultura Afro-brasileira após a lei 10.639/2003: o caso do Projeto Araribá**. In: CADERNOS PDE versão on line. Vol. 1; ISBN 978-85-8015-080-3, 2014. Disponível em <[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/2014-ufpr\\_hst\\_pdp\\_anilto\\_paulo\\_cargnin.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/2014-ufpr_hst_pdp_anilto_paulo_cargnin.pdf)>, último acesso em 11 de dez. 2018.
- CARNEIRO, Sueli. **Resposta da sociedade civil à violência racial e de gênero**. In: CADERNOS GELEDÉS, Vol IV. 1993. p.37 a 41. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Mulher-Negra.pdf>>, último acesso em 11 de jun.2018.
- CASTRO, Celso; O'DONNELL, Julia. **Introdução às Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: FGV, 2014 (p.68-112)
- DAVIES, Nicholas. **As camadas populares nos livros de História do Brasil**. In: PINSKY, Jaime *et al.* **O ensino de História e a criação do fato**. 14 ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- DAVIS, Angela. **Muheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FERREIRA, Roberto Guedes. **Histórias de famílias escravas e a sala de aula**. In: JESUS, Nauk Maria de *et al.* **Ensino de História: trajetórias em movimento**. Cáceres-MT: Editora Unemat, 2007. pp 71-83.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática do ensino de História**. 8 ed. Campinas: Papirus, 2009.
- Gomes, Irene; Marli, Mônica. **IBGE mostra as cores da desigualdade**. Agência IBGE notícias. Revista Retratos on line. Editora Revista Retratos. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade>>, último acesso em 02 de dez.2018.
- HOOKS, Bell. **Mulheres Negras: moldando a teoria feminista**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 16. Brasília: janeiro a abril de 2015, pp.193-210. Disponível em<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010333522015000200193&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010333522015000200193&lng=pt&tlng=pt)>, último acesso em set. 2018.
- HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- MARTINS, Ismênia de Lima. **História e ensino de História: memória e identidades sociais**. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (orgs). **Ensino de História** sujeitos saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007. (P.13-21)
- MUNANGA, Kabenguele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje** 2.ed. São Paulo: Global, 2016.

NADAI, Elza. **O ensino de História e a “pedagogia do cidadão”**. In: PINSKY, Jaime *et al.* O ensino de História e a criação do fato. 14 ed. São Paulo: Contexto, 2017. pp.27-35

NEVES, Cynthia Agra de Brito. SLAMS – Letramentos literários de reexistência ao/ no mundo contemporâneo. Linha D'Água (Online), São Paulo, v. 30, n. 2, p. 92-112, out. 2017. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/134615/135272> último acesso em 06 de março de 2019.

OLIVEIRA, Paula Ricelle de; DUARTE, André Ricardo Barbosa. **Livros didáticos de história no contexto da lei nº 10.639/2003: algumas contribuições e discussões para análise de materiais didáticos e os resultados pós lei**. Revista de Educação, Ciência e Tecnologia. ISSN 2238-8079. Disponível em <<https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/1831/1429>>, último acesso em 11 de dez. 2018.

ORIÁ, Ricardo. **O negro na historiografia didática**. Texto apresentado como comunicação no XVIII Simpósio Nacional de História, realizado em Recife-PE, em julho de 1995, como parte integrante do módulo de atividades intitulado "Zumbi: Memória, História e Identidades". Disponível em <<http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/viewFile/5790/4798>>, último acesso em 04 de dez. 2018.

PEDRO, Joana Maria. **Historicizando o gênero**. In: FERREIRA, Antonio Celso (org). O historiador e seu tempo: encontros com a história. São Paulo: Ed.UNESP: ANPUH, 2008. (p.163-188)

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Renilson Rosa. Livros Didáticos de História: trajetórias em movimento. In: JESUS, Nauk Maria de *et al.* **Ensino de História: trajetórias em movimento**. Cáceres-MT: Editora Unemat, 2007. pp 41-53.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. 1 ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SELBACH, Simone (org). **História e Didática**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2010.

SILVA, Mônica Martins da. **Diversidade que interroga: a construção do conhecimento histórico escolar no contexto das políticas e ações afirmativas**. In: SILVA, Cristiane Bereta da; ZAMBONI, Ernesta (orgs). **Ensino de história, memória e culturas**. 1.ed. Curitiba: CRV, 2013. (p.191-208).

#### Fonte

RIBEIRO, Luz. Poesia “Deu(s) branco”. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=Eb9odWlvVyI>>, último acesso em 05 de jan. 2019.